

*Os direitos humanos estão agora integrados à política externa de vários países num grau inimaginável uma década atrás. A soberania nacional não oferece mais ampla*

*proteção para ditadores, organizações de defesa dos direitos humanos têm gordos orçamentos e as políticas de Estado levam em conta suas reivindicações. Mas,*

*paradoxalmente, o movimento parece estar à deriva. Embora na década de 90 a ação em Kosovo tenha sido um triunfo, a política dos EUA para a China foi um revés*

# Vitória dos direitos humanos é precária

*Apesar do vigoroso crescimento dos organismos humanitários, relatos de violações não chocam mais*

DAVID RIEFF

The New York Times Magazine

**N**OVA YORK – A era dos direitos humanos é iminente. Há poucos meses, os EUA travaram uma guerra nos Balcãs em nome dos direitos humanos e de imperativos humanitários. Como disse o presidente americano, Bill Clinton, foi a primeira guerra em tempos recentes travada em nome de valores e não de interesses estratégicos. Sentimentos semelhantes foram expressos por aliados dos EUA na Europa. O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, fez campanha em favor de “um novo internacionalismo, baseado em valores e no império da lei”. Nestes tempos pós-comunistas, pós-modernos, os direitos humanos parecem ter-se tornado o processo moral dominante para analisar os assuntos mundiais.

A soberania nacional não fornece mais aquela ampla proteção para acobertar os violadores dos direitos humanos – como aprendeu o presidente iugoslavo, Slobodan Milosevic, quando, no auge do conflito de Kosovo, foi indiciado por crimes de guerra por um Tribunal Penal Internacional, em Haia. Um sinal ainda mais forte foi enviado em outubro do ano passado, com a prisão em Londres do ex-homem forte do Chile, Augusto Pinochet. A própria idéia de que a polícia britânica acataria o pedido de extradição feito por um juiz espanhol, com base em crimes cometidos no Chile, é espantosa; uma rede tão complexa de cooperação teria sido inconcebível há dez anos. Mas isso demonstra que a velha suposição de que a soberania nacional suplanta todos os outros princípios nas relações internacionais está sendo atacada como nunca.

O movimento em favor dos direitos humanos conseguiu outras vitórias. A assinatura de um tratado internacional proibindo as minas terrestres em 1997 é a mais significativa abolição de um sistema de armas desde que foi banido em 1925 o uso do gás venenoso em tempo de guerra. Os tribunais internacionais especiais para Ruanda e a ex-Iugoslávia inspiraram os planos para a instituição de uma Corte Criminal Internacional, com o poder de julgar pessoas acusadas de graves violações da lei humanitária internacional sob o princípio legal da jurisdição universal. A reativação desse princípio foi em grande parte obra de advogados dos direitos humanos.

Uma nova ordem política mundial pode estar mais ausente do que quando o presidente George Bush a proclamou há uma década. Mas, aos olhos de muitos intelectuais do Ocidente, existe uma Nova Ordem Moral Mundial, regida por certas idéias, como sociedade civil, humanitarismo e, antes de mais nada, direitos humanos. O escritor Michael Ignatieff chama isso de “uma revolução na preocupação humanitária” e celebra “o aparecimento de vastos grupos de ativistas, cujos motivos morais são a indivisibilidade dos interesses e necessidades humanas num mundo interdependente”.

É uma revolução que ocorre com surpreendente rapidez. Na década de 60, o orçamento da Anistia Internacional estava em torno de US\$ 20 mil. Os grupos de direitos humanos eram barrados em muitas, se não na maioria, das partes do mundo e tinham grande dificuldade para chegar até os governos, mesmo para simplesmente fazer-se ouvir. Hoje, a situação é muito diferente.

A mais influente organização ocidental de direitos humanos, a Human Rights Watch (HRW), tem um orçamento de US\$15 milhões, graças ao generoso financiamento de doadores como George Soros e a Fundação Ford, e seus líderes reúnem-se regularmente com altos representantes do governo. A exortação do ex-presidente Jimmy Carter de que os direitos humanos devem ser a “alma” da política externa dos EUA foi institucionalizada. O Departamento de Estado ufana-se hoje de ter um embaixador itinerante para questões de crimes de guerra. E poucos programas de ajuda externa vão hoje à frente sem “a construção da democracia” e exigências de direitos humanos.

Apesar disso, paradoxalmente, no mesmo momento em que suas idéias se tornaram uma das correntes dominantes, o movimento dos direitos humanos parece estar à deriva. As estratégias características do movimento – a divulgação de relatórios chocantes, detalhando abusos e explorando a mídia para enver-

gonhar os líderes ocidentais e instigá-los a agir – não têm mais o impacto de outrora. E, o que mais importa, um absolutismo moral irredutível tornou muito fácil ignorar os gritos dos ativistas. Instituições como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Anistia Internacional e Human Rights Watch condenarão qualquer tratado de paz ou acordo político que prometa “salvar a pele” de violadores dos direitos humanos, mesmo quando conflitos persistentes ameaçarem destruir um país, como foi o caso recente de Serra Leoa.

Uma séria consequência dessa visão mundial obscurecida foi a notável falha dos ativistas, que não conseguiram estabelecer um apoio amplo entre os cidadãos comuns. Apesar de toda a sua influência em círculos de elite, o movimento dos direitos humanos é apenas uma minúscula fração da massa dominada por organizações populares de direita ou de esquerda. Sem uma ampla base de apoio, ele poderá ter chegado aos limites de sua eficiência. Quer saibam ou não os seus líderes, o movimento está em dificuldade.

A era moderna dos direitos humanos começou há apenas meio século. Depois da 2.ª Guerra Mundial foi redigido um sistema internacional de direitos. Incluía aspectos da Carta das Nações Unidas de 1945: os estatutos que formaram a base legal dos processos de Nuremberg, a Convenção sobre Genocídio e, acima de tudo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Mas foi um falso alvorecer. As potências européias estavam então mais preocupadas em tentar manter seus impérios coloniais do que em atribuir um papel central aos direitos humanos nos assuntos internacionais. A soberania do Estado continuava inteiramente absoluta. Nas décadas de 60 e 70, o movimento dos direitos humanos mudou o foco de sua atenção para a triste situação de indivíduos ameaçados, especialmente prisioneiros políticos e vítimas de torturas. A

Anistia Internacional liderou essa orientação, sendo depois seguida por outros grupos de direitos humanos.

Por mais improvável que pareça, o governo de Ronald Reagan teve um papel central na legitimação do movimento americano de direitos humanos. Aryeh Neier, decano dos ativistas, diz que os funcionários do governo Reagan os “ajudaram, porque apresentaram o confronto entre EUA e URSS como um choque entre um sistema totalitarista e um sistema baseado nas liberdades civis. Mas eles tinham de fingir que todos os que estavam do nosso lado na guerra fria não violavam os direitos humanos. Isso permitiu à HRW destacar o abismo entre a pretensão e a prática, o que criou enorme embaraço”. A técnica de ressaltar a “vergonhosa” hipocrisia de Washington deu resultados. Quando a HRW denunciou os crimes que o regime salvadoreño, apoiado por Washington, cometia, o governo Reagan tentou acabar com os piores abusos. Em 1981, o Congresso passou a impor padrões de direitos humanos para que o governo pudesse continuar fornecendo ajuda externa.

Por seu enfoque combativo, os grupos de direitos humanos tornaram-se cada vez mais influentes. Com a eleição de Clinton parecia que o movimento iria obter um peso ainda maior. O novo governo apresentou-se como parceiro e o foi de muitas maneiras. Defensores dos direitos receberam cargos no governo. E, retoricamente, o compromisso de Clinton com os direitos humanos foi constante.

A realidade tem sido mais complicada. Apesar do triunfo de Kosovo, o movimento dos direitos humanos sofreu na década de 90 uma derrota igualmente importante: a política do governo Clinton em relação à China. Afinal, foi Clinton quem cortou a ligação entre o progresso nos direitos humanos e a condição comercial de nação mais favorecida. Alguns advogados começaram a temer que os governos ocidentais possam estar dispostos

a manter os princípios apenas quando se tratar de países sem importância, como a Sérvia e a Birmânia.

A perda na questão da China não invalida as suposições intelectuais e morais do movimento. Mas sugere que a época em que era capaz de surgir vitorioso simplesmente expondo a hipocrisia do governo, como o fez no caso de El Salvador, está acabando. Será preciso usar táticas alternativas. Até agora, tais enfoques não surgiram. As principais organizações continuam presas a métodos da era Reagan e não parecem capazes de apresentar novas táticas. A solidariedade humana é um fato real, mas o desgaste da compaixão é também uma realidade, particularmente numa era em que a cobertura dos fatos pela imprensa é episódica, volúvel e freqüentemente banalizante.

Não se pode mais construir um consenso político para agir apenas mostrando pela televisão mais um clipe sobre os horrores da pornografia. Não se pode também divulgar relatórios e exigir que os governos modifiquem suas políticas de acordo com eles – pelo menos não no caso em que esteja envolvida uma nação como a China – com qualquer esperança de sucesso.

O exemplo chinês pareceria lançar em dúvida a afirmação dos ativistas e seus partidários de que a reativação dos ideais do Iluminismo em todo o mundo – tendo como núcleo os direitos humanos – provavelmente iria criar raízes permanentes. A questão não é se o movimento pelos direitos humanos faz bem. Isso é indubitável. A questão é se ele está configurado, intelectual ou operacionalmente, para enfrentar os desafios do século 21. É difícil ignorar o fato de que os violadores, que o movimento dos direitos humanos está tentando desafiar, não são funcionários americanos, politicamente vulneráveis, mas senhores da guerra no sul do Sudão ou paramilitares sérvios. Será que essas pessoas se preocupam com as normas internacionais sobre direitos humanos? Provavelmente não.



Reuters - 4/4/1996

Hutus confinados numa prisão de Gitarama, em Ruanda: conflito entre as etnias tutsi e hutu é exemplo trágico de genocídio

Reuters - 28/4/1999



Reuters - 4/5/1998

Albaneses étnicos de Kosovo chegam à Albânia e refugiada tutsi, em Ruanda: sobreviventes de massacres

**REAGAN**  
AJUDOU NA  
LEGITIMAÇÃO  
DOS GRUPOS

**CLINTON**  
VALORIZOU  
MAIS A  
ECONOMIA